

# *Os discursos de George W. Bush e o excepcionalismo norte-americano<sup>1</sup>*



MARY A. JUNQUEIRA

## *Resumo*

Este artigo discute o significado dos discursos proferidos por George W. Bush sobre os ataques de 11 de setembro e a guerra contra o Iraque. Bush lembrou palavras, imagens e histórias que foram utilizadas na construção da nação norte-americana desde o século XIX. O presidente evocou a identidade norte-americana, o nacionalismo e o patriotismo, lembrou a missão e o destino norte-americano no mundo.

*Palavras-chave:* terrorismo; EUA; patriotismo; discursividade; identidade norte-americana.

## *Abstract*

This article discusses the meaning of George W. Bush's speeches about the September 11 attacks and the Iraqi War. Bush remembered images, words and stories that have been shaping the nation since the 19<sup>th</sup> century. The president evoked the American identity, nationalism and patriotism. He recalled the American destiny and mission in the world.

*Key-words:* terrorism; USA; patriotism; speech; North-American identity.

11 de setembro de 2001. Ataques terroristas sacodem os Estados Unidos e deixam o planeta em estado de alerta. Aviões de carreira são seqüestrados e lançados contra o World Trade Center, em Nova York, e o Pentágono, em Washington. Com uma ousadia nunca vista, os terroristas atingiram dois símbolos máximos daquele país: o WTC,

---

1. Artigo produzido a partir da participação da autora na mesa-redonda "O ataque ao Império. O papel dos EUA na contemporaneidade", organizada pelo Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP, em 17 de outubro de 2001. O texto foi atualizado com o objetivo de incluir os pronunciamentos de George W. Bush que justificaram a guerra contra o Iraque.

símbolo do poder econômico, e o pentágono, símbolo do poder militar. Um terceiro avião, também seqüestrado, caiu na Pensilvânia. Imagina-se que atingiria o Capitólio ou mesmo a Casa Branca, os símbolos do poder político do país. Horas após o ataque, o presidente norte-americano, em cadeia de rádio e televisão, dirigia-se à nação. Em um discurso contundente, afirmava que o país entraria em guerra contra o terrorismo e, com indignação, utilizou frases tais como: “a liberdade foi atacada”, “a democracia foi atacada”, afirmou que “esta é uma guerra do bem contra o mal” e arrematava dizendo que “a América estava sendo testada”.

Os meses que se seguiram ao ataque de 11 de setembro de 2001 foram de tensão mundial e ação constante norte-americana no planeta, numa caçada aos supostos terroristas que tinham cometido tal ousadia. Ao mesmo tempo, os ataques de setembro funcionaram como justificativa norte-americana para uma outra empreitada: a deposição do ditador iraquiano Saddam Hussein e o controle da segunda maior reserva de petróleo do planeta. Os discursos de George W. Bush, em março de 2003, um pouco antes dos ataques ao Iraque, não foram diferentes dos proferidos logo após os ataques de 11 de setembro. A justificativa para tal decisão era a de que os norte-americanos tinham como missão “salvar os iraquianos das garras de Saddam Hussein”. Assim, Bush utilizou frases como: “mais uma vez somos chamados para defender a segurança de nosso povo, e as esperanças de toda a espé-

cie humana”, ou ainda, “os norte-americanos se fortalecem a cada teste que sofreram”, e completava com “Não reivindicamos trilhar todos os caminhos da Providência, mas colocamos nossa confiança em Deus”.<sup>2</sup> O objetivo de George W. Bush com tais discursos – tanto os pronunciados após os ataques de 11 de setembro, quanto os que procuravam justificar a ação norte-americana no Iraque – era mobilizar a opinião pública no interior do país e destacar a posição dominante dos Estados Unidos após o fim da guerra fria no planeta.

As expressões usadas pelo presidente em seus discursos não dizem muito para os brasileiros, mas atingem em cheio os “brios norte-americanos”. George W. Bush evocava alguns aspectos particulares da cultura política daquele país. Nos Estados Unidos, em vários momentos históricos, quando o presidente se dirige à nação recupera um quadro de referências conhecido dos norte-americanos. Resgata mitos e símbolos da construção do país que lembram aos norte-americanos que eles fazem parte de uma comunidade única e exclusiva.

Bush evocava os mitos de origem da identidade norte-americana. Isso não quer dizer que todo norte-americano concorde com Bush, e, sim, que todo norte-americano entende o que ele quer dizer, conhece aquelas expressões. Em outras palavras, conhece as

2. Os discursos de George W. Bush encontram-se no *site* da Casa Branca: [www.whitehouse.gov](http://www.whitehouse.gov).

regras de jogo que fazem parte das identidades compartilhadas. Bush lembrava aos norte-americanos que todos faziam parte da mesma comunidade. Sugeriu que, naquele momento de crise, era imprescindível obter a união de todos a fim de obter o apoio necessário para as decisões que viria a tomar. É preciso lembrar que nos Estados Unidos alguns discursos presidenciais são peças de retórica celebradas, constantemente lembradas, e fazem parte da cultura política do país.

Algumas dessas falas passaram para a História como peças representativas da nação. São evocadas por outros políticos, estão nos livros escolares e fazem parte da “cultura média norte-americana”.<sup>3</sup>

Acredito que para entender os discursos de Bush é preciso acompanhar alguns aspectos da política e cultura norte-americanas. Para tal, é necessário voltarmos ao final do século XVIII e primeira metade do século XIX, quando da criação de uma versão da história daquele país.

Logo após a Independência, em 1776, os norte-americanos construíram um poderoso mito para a nação, a certeza de que eram um povo excepcional e que haviam criado uma sociedade como nenhuma outra na face da terra. Conforme Richard Slotkin, os mitos são

representações da realidade, construções culturais que evocam a memória, a nostalgia, reavivam crenças, além de oferecerem modelos de conduta para toda comunidade.<sup>4</sup> Já o historiador inglês Philip John Davies afirma que todos os países do Ocidente criaram mitos e símbolos quando formavam a nação, mas nenhum o fez como os Estados Unidos.

Em alguns casos, nos Estados Unidos, o mito é tão espesso e forte a ponto de dificultar o trabalho do analista, pois realidade e mito se confundem.<sup>5</sup> Pretendo tratar aqui de alguns aspectos que os norte-americanos, no final do século XVIII, recuperaram do passado. São peças-chave da formação da nacionalidade e identidade que surgiram quando se pensava a construção do Estado Nacional norte-americano.

#### *Opovo eleito*

Conquistada a Independência, os Estados Unidos se defrontaram com um enorme problema. A colonização inglesa nas Américas foi estabelecida em treze colônias com administrações diferentes.

Embora falassem a mesma língua e tivessem contato umas com as outras, eram entidades distintas, com alguma

3. A título de exemplo, podem-se citar os discursos de despedida de George Washington (1796), o de Abraham Lincoln em Gettysburg, durante a Guerra Civil (1863), e o discurso de Franklin Delano Roosevelt conhecido como as “As Quatro Liberdades” (1941).

4. Cf. SLOTKIN, Richard. (1994), *The Fatal Environment. The Myth of the Frontier in the Age of Industrialization 1800-1890*. Nova York, Harper Perennial, p. 16.

5. Cf. DAVIES, Philip John (org.). (1996), *Representing and Imagining America*. Cornwall/England, Keele University Press.

autonomia: por exemplo, cada colônia tinha a sua própria moeda, cada uma formava a sua própria milícia e cada qual comercializava com quem interessasse. Embora houvesse comunicações entre as colônias inglesas, a questão era como criar uma unidade entre aquelas entidades distintas.

Vale lembrar que os Estados Unidos foram o primeiro país a construir um Estado Nacional com um regime presidencialista e no qual o representante máximo do governo comandaria a nação por quatro anos. Foi também a primeira república do Novo Mundo criada a partir das idéias liberais que questionavam o poder da monarquia européia.

No entanto, não foi fácil criar uma unidade, uma identidade nacional sem a figura aglutinadora do rei. Como já bem sugeriu Benedict Anderson, procurando definir o conceito de nação e nacionalismo, criaram-se “comunidades políticas imaginadas como uma fraternidade”, embora seja evidente a existência de desigualdade e exploração em todas as nações.<sup>6</sup>

Um forte elemento utilizado para construir uma unidade nacional é imaginar um passado comum. Com os norte-americanos não foi diferente: eles procuraram uma origem única para uma sociedade diversificada. Como se sabe, as colônias anglo-saxônicas foram povoadas por grupos diversos europeus e por diferentes grupos religio-

6. Sobre o conceito de nação, ver ANDERSON, Benedict. (s/d), *Nação e consciência nacional*. São Paulo, Ática.

sos. Assim, logo após a Independência, surgiram textos, sermões, artigos de jornais que afirmavam que os norte-americanos descendiam diretamente dos puritanos, chamados pela nação recém-independente de pais peregrinos.

A história dos peregrinos é conhecida. No século XVII, um dos grupos religiosos mais radicais da Inglaterra, *The Separatists* (Os Separatistas), rompeu com a Igreja inglesa e, a bordo do navio *Mayflower*, atravessou o Atlântico em direção à Nova Inglaterra. Esses puritanos, ao atravessarem o oceano numa viagem difícil e a bordo de uma embarcação precária, colocavam-se como um povo eleito. Referiam-se a si próprios como os novos hebreus que atravessavam o Atlântico em direção à Terra Prometida. Eles afirmavam que, tal qual o povo eleito do velho testamento bíblico, libertavam-se da tirania. Com uma diferença: agora se libertavam da tirania inglesa e das amarras da Igreja Anglicana que não lhes permitira exercerem a sua fé religiosa como queriam.

Segundo a historiadora Elise Marientras, atravessar o Oceano era uma espécie de travessia para um outro tempo – o tempo mítico, no qual o mundo começaria do zero, tendo o protestantismo como centro e o asceticismo moral como objetivo de uma vida virtuosa.<sup>7</sup> Ainda a bordo da embarcação, os peregrinos fizeram uma espécie de acordo, chamado de Pacto do *Mayflower*.

7. MARIENTRAS, Elise. (1992), *Les Mythes Fondateurs de la Nation Américaine*. Bruxelas, Complexe.

Nesse acordo estabeleceu-se que as decisões que afetassem a todos seriam tomadas em conjunto e todos os homens do grupo seriam consultados. Formavam assim uma espécie de congregação com o objetivo de obter alguns consensos nas decisões e com a finalidade de construir uma sociedade em termos religiosos.

Terminadas as guerras de Independência e procurando construir uma identidade, uma unidade para aquelas treze colônias, os norte-americanos afirmavam-se como descendentes diretos dos pais peregrinos. Primeiro porque eles haviam rompido com a Inglaterra; e segundo porque aquela comunidade religiosa do século XVII era um grupo que tinha como projeto o princípio da congregação, firmado no Pacto do Mayflower.

Se, antes, só os puritanos se viam como povo eleito, agora todos os Estados Unidos se colocavam como herdeiros dos hebreus. Aos poucos foi se criando uma versão da história norte-americana, na qual alguns temas foram selecionados e outros relegados ao segundo plano. Por exemplo, essa versão que escolhe os puritanos da Nova Inglaterra como centrais na formação da cultura norte-americana exclui a contribuição do Sul dos Estados Unidos na formação da nação. Ao recuperar apenas os puritanos ortodoxos de Massachusetts e Connecticut, os homens do período diminuíram a atuação não só de outras regiões do país mas de vários outros grupos de religiosos<sup>8</sup>.

8. Sobre a importância das colônias anglo-saxônicas

Essa versão da história situava os norte-americanos como uma sociedade exclusiva e excludente. Segundo essa perspectiva, eles criavam não só uma sociedade única, mas um modelo de organização universal, que deveria ser seguido por todos; qualquer outra alternativa estaria caminhando na direção errada. Dentro dessa ordem de idéias, construam um modelo de sociedade profundamente excludente: no plano doméstico eram excluídos índios, negros, católicos e imigrantes (iniciou-se depois da Independência a versão de que os Estados Unidos, a “América profunda”, era formada pelo homem branco, anglo-saxão e protestante), e tratava-se de uma sociedade excludente também no plano internacional, pois a idéia de povo e de sociedade exclusiva que montavam tornou difícil reconhecer culturas diferentes da cultura protestante.

#### *Os herdeiros do Ocidente*

Além da origem comum que os homens construtores da nova nação evocavam, baseados na trajetória dos peregrinos e na idéia de povo eleito, uma segunda tradição foi recuperada pelos norte-americanos. Na perspectiva dos políticos e jornais da época, os norte-americanos estavam recuperando

---

do Sul na formação da cultura norte-americana, ver GREENE, Jack P. (1988), *Pursuits of Happiness. The Social Development of Early Modern British Colonies and the Formation of American Culture*. Chapel Hill, The University of North Carolina Press.

os “verdadeiros valores do Ocidente”. Valores que a Inglaterra decadente tinha abandonado. A monarquia – segundo a elite política que pensava a unidade nacional norte-americana – era a negação, a corrupção completa dos princípios ocidentais fundados por Grécia e Roma na Antiguidade. Os homens que organizavam o Estado nacional liam – além da Bíblia e dos liberais europeus – Sócrates, Aristóteles, Platão, Homero, Sófocles, Virgílio, Sêneca, Cícero, Catão, etc. Resgataram, assim, os cânones da Antiguidade clássica com o objetivo de providenciar as bases teóricas da forma de governo – a república –, além de refletir sobre os princípios de virtude e moral na política.<sup>9</sup>

Para se ter uma idéia da força dessa recuperação da Antiguidade, é possível lembrar dois acontecimentos. Entre 1787 e 1788, Alexander Hamilton, John Jay e James Madison, os famosos federalistas, escreveram um dos clássicos do pensamento político moderno, chamado *Os Artigos Federalistas*, defendendo a Federação e a instalação de um governo central forte, em oposição à Confederação até então implementada. Os autores escreviam esses artigos nos jornais de Nova York e assinavam com o pseudônimo “Publius”, o herói romano que estabeleceu um governo republicano estável na Antiguidade, enfatizando a neces-

sidade de instalação de uma república no novo país.

Além disso, George Washington, homem que comandou as tropas nas guerras de Independência e depois primeiro presidente norte-americano, foi considerado o “Cincinnatus americano” – numa referência direta ao general romano considerado modelo de virtude e que na Antiguidade liderara a resistência de Roma contra invasores. Além do mais, George Washington foi também chamado de “Moisés americano” – numa referência direta aos hebreus e ao patriarca que conduziu o povo eleito em direção à Terra Prometida. Nessa elaboração que era construída do “pai fundador” George Washington, durante os primeiros tempos do Estado nacional, sobrepunham-se as referências tanto da Antiguidade clássica, quanto do puritanismo já citado.

No entanto, a área mais visível de recuperação dos clássicos foi na arquitetura. Basta observar alguns edifícios públicos construídos na época. Um bom exemplo foram as construções da capital do novo país. A cidade de Washington começou a ser construída em 1790 e parte dos edifícios públicos da nova capital foi planejada tendo como inspiração a arquitetura clássica.<sup>10</sup> O Capitólio, por exemplo, foi construído com as famosas colunas de inspiração grega. Além da capital do país, Thomas Jefferson construiu na Virgínia o

9. Conforme RICHARD, Carl J. (1994), *The Founders and the Classics. Greece, Rome and the American Enlightenment*. Cambridge, Harvard University Press.

10. Cf. HUGHES, Robert. (1997), “The Republic of Virtue”. In: *American Visions. The Epic History of Art in America*. Nova York, Alfred Knopf.



Capitólio do estado, a Universidade da Virgínia e a sua própria casa em estilo neoclássico.

*Missão e destino norte-americanos*

Pode-se afirmar que os norte-americanos viam a Independência não só como uma ruptura com a Inglaterra, mas como uma ruptura com a história. A partir daquele momento era como se a história começasse do zero. Era um princípio de recriação, agora em “bases exclusivamente norte-americanas”.

Se, de um lado, os norte-americanos colocavam-se como um povo eleito que se apossava da Terra Prometida, por outro, posicionavam-se como o país que recuperava os princípios básicos do Ocidente perdidos pela Europa monárquica. Era, então, o “país que inaugurava a era contemporânea”, destronando o Antigo Regime.

Duas observações devem ser salientadas: a primeira com relação à recuperação do puritanismo e à utilização, ainda hoje, de referências aos pais peregrinos. É preciso deixar claro que o uso de tais imagens e palavras religiosas se faz de forma dominante através da retórica. Segundo Sacvan Bercovitch, o legado da Nova Inglaterra puritana não é religioso, moral ou institucional. Para esse autor, os puritanos forneceram a base bíblica, a retórica do mito norte-americano.<sup>11</sup> Os discursos políticos, em que recuperam-se imagens e

citações do puritanismo, são peças de retórica que funcionam como uma espécie de “amalgama da nação”, acentuando o excepcionalismo norte-americano. Em segundo lugar, deve-se ressaltar que o aspecto religioso não é incompatível com o resgate dos clássicos da Antiguidade. Segundo o historiador George Marsden, esses dois aspectos se entrelaçam na história norte-americana. Um e outro compunham um fundo moral e virtuoso que aqueles homens buscavam a fim de construir o Estado nacional e a sociedade da época. Ao mesmo tempo que havia uma aspiração de ser universal, firmavam a sua particularidade, o que os distinguia de forma superior das outras culturas.

O resultado dessa versão da história norte-americana é evidente: criou-se a idéia de um povo excepcional, que tinha como missão construir uma sociedade moralmente virtuosa e que serviria de exemplo para outros povos. Tinham, portanto, um destino a cumprir. Missão e destino esses que são constantemente reivindicados no discurso político da nação e que influi tanto na política doméstica quanto nas relações internacionais.

*George W. Bush e o “destino da América”*

O próprio George W. Bush, logo depois de eleito e numa homenagem a Thomas Jefferson, informou que a sua política estava voltada para fazer valer o “destino da América”. Ou seja, manter, resguardar a sociedade sem igual que os pais fundadores haviam idealizado.

11. Ver BERCOVITCH, Sacvan. (1978), *The American Jeremiad*. Madison, The University of Wisconsin Press.

Esse mito da América está repleto de símbolos e valores que penetraram a construção da identidade e do nacionalismo, atravessando toda a sociedade norte-americana.

Se, por um lado, essa versão da história norte-americana funcionou como uma espécie de amálgama para a nação, evidenciando alguns aspectos que podem ser compartilhados por toda a sociedade, por outro, justificou o extraordinário expansionismo territorial no século XIX, fortalecendo a idéia de excepcionalidade norte-americana e adotando soluções de força nas relações internacionais em vários momentos do século XX.

Durante a primeira metade do século XIX, eles deixaram a borda do Atlântico e conquistaram territórios que iam até o Pacífico. Em setenta anos multiplicaram o território em onze vezes, dizimando índios e anexando metade do território mexicano. Essa conquista foi justificada pelo discurso de que o povo eleito – que havia construído uma sociedade única – levava os princípios morais da civilização ocidental a povos primitivos e inferiores. Os expansionistas do período ressaltavam que estavam fazendo “o que deveria ser feito”, exercendo um Destino Manifesto.

Hoje, pleno século XXI, entrar com artilharia pesada sobre um país extremamente pobre como o Afeganistão ou “derrubar” o ditador iraquiano Saddam Hussein é apenas “fazer o que deve ser feito”, atitude plenamente justificada, pois estariam apenas realizando sua missão e cumprindo seu destino de le-

var àquelas populações muçulmanas princípios que consideraram universais.

Durante os séculos XIX e XX, políticos e pensadores, inclusive os historiadores, utilizaram esse mito para explicar o sucesso econômico dos Estados Unidos. Hoje em dia, alguns aspectos desse “mito da América” são resgatados, particularmente pelo Partido Republicano. No entanto, é possível ver essa recuperação também pela resistência. Martin Luther King, por exemplo, nos anos 60, usou nos seus discursos vários símbolos para tratar da inclusão do negro na sociedade. O ativista negro tanto usou a retórica religiosa, quanto evocou os pais fundadores da nação. O objetivo de King era afirmar que os negros eram sim norte-americanos, foram fundamentais na construção do país com o seu trabalho e deveriam ter os mesmos direitos de todos os outros norte-americanos. Pode-se afirmar que esse “mito da América” tornou-se, então, uma espécie de “bem simbólico” da nação, influenciando nos imaginários sociais,<sup>12</sup> pois foi referência para os conservadores e os progressistas dependendo do momento histórico.

Voltemos, então, às frases ditas por Bush em seus discursos. Quando o presidente afirmou, por ocasião do ataque terrorista de 11 de setembro, que a “liberdade e a democracia foram atacadas”, recuperava a idéia de que os nor-

12. BACZKO, Bronislaw. (1985), “Imaginação social”. *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.



te-americanos são guardiões da cultura ocidental. Atacar os Estados Unidos, o país mais poderoso e “moralmente sólido” do planeta, é ameaçar todo o mundo ocidental e o que ele representa em termos de experiências políticas e culturais. Portanto, não são apenas os Estados Unidos que estão em perigo, mas todo o Ocidente. O presidente falava como legítimo protetor de valores inquestionáveis que fazem parte do mundo ocidental.

Quando Bush afirmou, com o propósito de justificar a guerra contra o Iraque, que “os norte-americanos se fortaleceram a cada teste que sofreram”, lembrava à opinião pública que a sociedade exclusiva que construíram desde a Independência estava sob ameaça. Para passar no teste, precisava da união incondicional de todos os norte-americanos, pois certamente saíram dali mais fortes.

Em outras palavras, ao utilizar a retórica que compõe o mito norte-americano, Bush procurava mobilizar a população, influenciar a opinião pública para que o apoiasse nas medidas de guerra que iria tomar. E mandava também um recado para o Ocidente, afirmando que se os Estados Unidos não tivessem apoio, especialmente da comunidade européia, o próprio mundo ocidental estaria em perigo devido à extraordinária e “letal” aproximação da cultura muçulmana.

Recebido em 16/5/2003  
Aprovado em 20/5/2003

**Mary A. Junqueira**, professora de História da América na USP. E-mail: maryjunq@usp.br